

RELATÓRIO DE RESULTADOS PRELIMINARES DA PESQUISA

O impacto da COVID-19 na comercialização direta da agricultura familiar no RS: Região Vale do Caí.



Santa Cruz do Sul, 20 de outubro de 2020.

Realização



Programa de Pós-Graduação
Desenvolvimento Regional
mestrado e doutorado



GEPAD
AGRICULTURA,
ALIMENTAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO

Parceria

EMATER/RS



Este é o quinto relatório da pesquisa “O impacto da COVID-19 na comercialização direta da agricultura familiar no RS”. As informações aqui contidas são fruto de trabalho de pesquisa, solicitamos que em caso de uso seja feita a devida citação as autoras.

Sugestão de citação:

DEPONTI; Cidonea Machado; PREISS, Potira Viegas; NAVARRO, Renata Soares; SILVA, Gustavo Pinto da; WEBER, Jaime; FACCIN, Carolina; MELLO, Lavínia Lopes de; VOGT, Helena de Moura; VASCONCELLOS, Fernanda C. França de; PEDROSO, Matheus Abraão; ALMEIDA, Nayla; DEGGERONE, Zenicleia; SCHNEIDER, Sergio. **Relatório de Resultados Preliminares da Pesquisa “O impacto da COVID-19 na comercialização direta da agricultura familiar no RS”**: Região do Vale do Caí. Santa Cruz do Sul: OBSERVA-DR, 2020.

Informações sobre a pesquisa

Email: potira@unisc.br

<http://observadr.org.br/portal/o-impacto-da-covid-19-na-comercializacao-direta-da-agricultura-familiar-no-rs/>

Sumário

1. Apresentação	4
2. Objetivos da pesquisa	5
3. Porque os canais de comercialização direta da agricultura familiar?	6
4. Metodologia	7
5. Classificação dos canais de comercialização mapeados	9
6. Os canais de Comercialização da Agricultura Familiar no RS frente a COVID-19: Vale do Caí	10
7. Considerações iniciais: Vale do Caí	24
8. Próximos passos e Agradecimentos	25
9. Referências	26

Apresentação

Em meados de março de 2020 a pandemia COVID-19 chegou ao RS trazendo uma série de alterações ao cotidiano da população e as atividades desenvolvidas no Estado. A necessidade de afastamento social vivida em todo o país como forma de prevenção à COVID-19 tem afetado profundamente a vida social e econômica do país. Em algumas cidades, medidas governamentais orientam novas normas de funcionamento para que serviços essenciais, tais como o abastecimento alimentar fiquem ativos. Considerando que os principais protagonistas da produção de alimentos no Brasil e no mundo são os agricultores familiares, a pesquisa aqui em questão tem como intenção central buscar compreender como a pandemia COVID-19 tem afetado os espaços de comercialização diretamente vinculados com a agricultura familiar no Rio Grande do Sul.

A pesquisa nasce de uma iniciativa de pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) e do Observatório de Desenvolvimento Regional (OBSERVA-DR) da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) e conta com a participação de pesquisadores do Grupo Interdisciplinar de Pesquisas Agroalimentares Georreferenciadas (GIPAG) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e do Grupo de Estudos em Agricultura, Alimentação e Desenvolvimento (GEPAD) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Desde maio de 2020, conta ainda com uma parceria com a EMATER-RS para ampliação do alcance na coleta dos dados. Este trabalho está sendo conduzido sem financiamento e foi realizado em plena quarentena, fazendo uso das tecnologias remotas.

Este documento tem como objetivo apresentar resultados preliminares de forma a contextualizar a situação dos espaços de comercialização diretamente vinculados com a agricultura familiar no Rio Grande do Sul com fins de informar e orientar organizações que atuam na área, permitindo a potencial qualificação da assistência a este grupo frente a COVID-19. Este relatório também tem a intenção de dar um retorno aos participantes da pesquisa e coletar reflexões frente os resultados apresentados. A partir dessa devolutiva e diálogo, esperar-se que os dados sejam enriquecidos. Análises mais aprofundadas serão feitas em artigos acadêmicos.

Os dados aqui apresentados se referem a região do Vale do Caí. Outros relatórios se concentram nas demais regiões de foco da pesquisa: Metropolitana Delta do Jacuí, Vale do Rio Pardo, Central ampliada e Norte. Diferente dos demais relatórios preliminares já publicados, neste caso optamos por não apresentar os dados isolados da cidade de referência da região que seria Montenegro considerando que a quantidade de canais identificados é baixa e não justificaria uma análise específica.

Objetivos

Objetivo Geral

Compreender como a pandemia COVID-19 tem afetado os espaços de comercialização direta vinculados à agricultura familiar no Rio Grande do Sul, gerando impactos na saúde, na renda e nas dinâmicas de abastecimento em que estão envolvidos.

Objetivos Específicos

*Levantar dados secundários que possam caracterizar a agricultura familiar no Rio Grande do Sul e indicar vulnerabilidades específicas frente a COVID-19;

*Compreender a situação dos canais de comercialização direta vinculados à agricultura familiar no Rio Grande do Sul, frente a COVID-19;

*Refletir sobre a contribuição dos canais de comercialização direta da agricultura familiar no RS para o abastecimento da população durante a pandemia COVID -19;

*Averiguar como organizações chaves para a agricultura familiar tem atuado neste contexto.

Porque os canais de comercialização direta da agricultura familiar?

Há uma relevância e dependência da sociedade dos alimentos produzidos pela agricultura familiar, em especial para alimentos *in natura*. No entanto, este é um grupo social que fortemente compõe o grupo de maior risco a COVID-19, pois se encontra majoritariamente envelhecido, com uma baixa escolaridade e acesso limitado às políticas públicas, levando a uma situação de potencial vulnerabilidade social e econômica.

Tendo como referência o trabalho de Schneider (2016), consideramos que os agricultores familiares no Brasil estão vinculados a quatro tipos de mercados: convencionais, institucionais, de proximidade e territoriais. Essa pesquisa está trabalhando com os canais de comercialização que estão vinculados aos dois últimos.

Realizar uma pesquisa com todos os mercados da agricultura familiar requer não só significativos recursos e uma considerável equipe de trabalho, mas um longo tempo de realização. Não conhecemos nenhuma pesquisa já realizada neste escopo, sabemos apenas de uma pesquisa ainda em curso, coordenada pelo Prof. Sérgio Schneider, intitulada “A dinâmica dos mercados agroalimentares no Rio Grande do Sul – mapeamento e análise socioeconômica”, com financiamento da FAPERGS e duração de 36 meses, realizando coleta de dados em algumas cidades do Estado. Parte da equipe desta pesquisa, está envolvida neste projeto maior.

Os mercados institucionais, em especial, aqueles fomentado pelo Programa de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) têm alta relevância para a agricultura familiar. No entanto, tem o Estado como comprador. Os programas estão passando por alterações para funcionamento durante a pandemia. Esse processo tem sido acompanhado por organizações e equipes de pesquisadores que atuam nesta área.

Optamos por trabalhar com os mercados que tem uma interação mais direta com consumidores e que tem um importante papel no abastecimento da população, com alimentos *in natura* e pouco processados, elemento essencial para manutenção da saúde e do atendimento ao direito a alimentação adequada e saudável. Ainda, por terem pouco ou nenhum intermediário, geram uma renda proporcionalmente maior do que os canais de comercialização convencional. Essa também é uma temática de foco de trabalho dos pesquisadores envolvidos. Dado a inviabilidade de trabalho de campo *in loco*, devido as medidas de isolamento social, trabalhamos especificamente com as feiras e os espaços de comercialização com sistemas de entrega domiciliar realizando entrevistas com os gestores.

Metodologia

Estamos trabalhando com uma pesquisa exploratória, que busca o levantamento de dados qualitativos e quantitativos através de fontes primárias e secundárias. Para cada objetivo específico, delineamos um método de trabalho.

Levantamento de dados secundários sobre a AF no RS e vulnerabilidades específicas frente a COVID-19

Buscamos dados oficiais de pesquisa do IBGE, em especial, o Censo demográfico de 2010 e Censo Agropecuário de 2017 para fornecer informações sobre questões sociais, demográficas e produtivas sobre o estado, as regiões pesquisadas e a agricultura familiar. De forma complementar, outras pesquisas foram utilizadas e são citadas a cada caso. Os dados apresentados em parte são mapas e análises desenvolvidas no âmbito do projeto ObservaDR/COVID-19, coordenado pelo Prof. Rogério Leandro Lima da Silveira e publicados no portal do Observatório. Os demais mapas foram produzidos especificamente para este projeto. A autoria é mencionada em cada caso.

Situação dos espaços de comercialização diretamente vinculados com a AF no RS frente a COVID-19

Os dados foram coletados através de entrevistas realizadas *in loco* ou via telefone com os gestores e responsáveis pelas experiências, tendo como base quatro formulários desenvolvidos para este fim. Cada formulário considerou diferentes situações e tipos de comercialização: Feiras que seguem ativas (11 questões abertas, 11 questões fechadas); Feiras funcionando como sistemas de entrega de alimentos (11 questões abertas, 21 questões fechadas); Feiras suspensas e sem nenhum tipo de comercialização (11 questões abertas, 9 questões fechadas) e, por fim comércios com sistema de Entrega domiciliar, tais como: coletivos de consumo organizado, cooperativas, lojas físicas ou virtuais, cestas domiciliares (11 questões abertas, 18 questões fechadas). Todos os formulários continham questões sobre dados básicos, características sobre o funcionamento das experiências e questões relativas as reações e adaptações frente a COVID-19.

(cont.) Metodologia

Considerando que não há um mapeamento ou listagem com os espaços de comercialização diretamente vinculados com a agricultura familiar no Rio Grande do Sul, a identificação dos canais considerou informações de pesquisas previamente realizadas pelos pesquisadores da equipe. De forma complementar, fizemos um levantamento sobre menção de feiras nos sites das prefeituras dos municípios do RS e das iniciativas cadastradas na plataforma “Mapa de Feiras Orgânicas” desenvolvida pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC).

A coleta dos dados iniciou no dia 6 de abril, tendo como foco principal 4 municípios e suas respectivas regiões: Porto Alegre, Santa Cruz do Sul, Santa Maria e Montenegro. Esses são os municípios em que as organizações envolvidas neste projeto estão sediadas. Também apresentam um contexto bastante heterogêneo em termos de população, presença da agricultura familiar e relevância na produção de alimentos do estado. No que diz respeito à COVID-19 no estado, são cidades e regiões que seguem a rota de disseminação da doença.

A partir do dia 23 de abril de 2020 foi estabelecida uma parceria com a EMATER-RS de forma a ampliar o alcance da pesquisa. Considerando a atuação que a EMATER já estava fazendo no RS para apoiar os agricultores familiares, um material de apresentação da pesquisa e orientações de coleta de dados foram enviados a distintas regiões no Estado de forma a contar com o apoio dos extensionistas para a coleta de dados. Dos 13 resultados aqui apresentados, 2 foram coletados diretamente pela equipe do projeto e 11 com o auxílio dos servidores da EMATER.

Todos os entrevistados foram informados dos fins da pesquisa e uso dos dados coletados, tendo inclusive a possibilidade de receber o retorno dos resultados. Gostaríamos de ressaltar que os dados informados são de responsabilidades dos interlocutores. Os dados dos municípios foco começaram a serem analisados no dia 8 de junho, ainda que a coleta de dados siga ativa em demais regiões do estado.

Ação de organizações-chaves para auxiliar os AF neste contexto

Considerando que o contexto vivido pela pandemia da COVID-19 é inédita a toda sociedade, foram realizadas entrevistas complementares com organizações-chaves da agricultura familiar, a saber: EMATER-RS, FETRAF, FETAG, MPA, MST, UNICAFES, entre outros. Estas falas estão sendo transcritas e serão utilizadas nos artigos acadêmicos.

Classificação dos canais de comercialização mapeados

Para organizar e mapear as experiências estudadas, classificamos os canais nos seguintes tipos:

*Feiras convencionais: enquadradas as feiras em que são comercializados alimentos produzidos por agricultores familiares a partir de um manejo convencional de produção, não assumindo compromissos sobre o uso e/ou monitoramento de agrotóxicos. Em alguns casos, são feiras que também acolhem a participação de feirantes não agricultores, elemento que será destacado na análise dos municípios e das regiões.

*Feiras Agroecológicas/Orgânicas: enquadradas as feiras em que no tipo de produtos comercializados foram mencionados produtos agroecológicos ou orgânicos. Ressaltamos que não solicitamos comprovação de certificação dos produtos conforme rege a Lei nº 10.831 (2003). Ainda que tenhamos uma compreensão das distinções entre agroecologia e produção orgânica, neste relatório os termos agroecológico e orgânico são utilizados de forma concomitante. Uma análise mais detalhada será apresentada nos artigos acadêmicos que serão produzidos com estes dados.

*Feira Mista: casos em há comercialização tanto de produtos convencionais da agricultura familiar como produtos agroecológicos ou orgânicos, indicando a coexistência de bancas com tipos de produtos distintos.

*Comércio com entrega domiciliar vinculado a Agricultura Familiar (AF): iniciativas que tenham a comercialização mobilizada de forma direta pelos agricultores ou 1 intermediário entre os agricultores familiares e consumidores, realizando em todos os casos entrega domiciliar dos alimentos. Em termos de forma de organização ou pessoa jurídica podem constar nesta categoria: Grupo de Consumo Responsável; CSA - Comunidade que Sustenta a Agricultura, Cooperativas de Consumo; Cooperativas de Agricultores, Sistemas cestas ou clubes de compras e loja especializada (físicas ou virtuais).

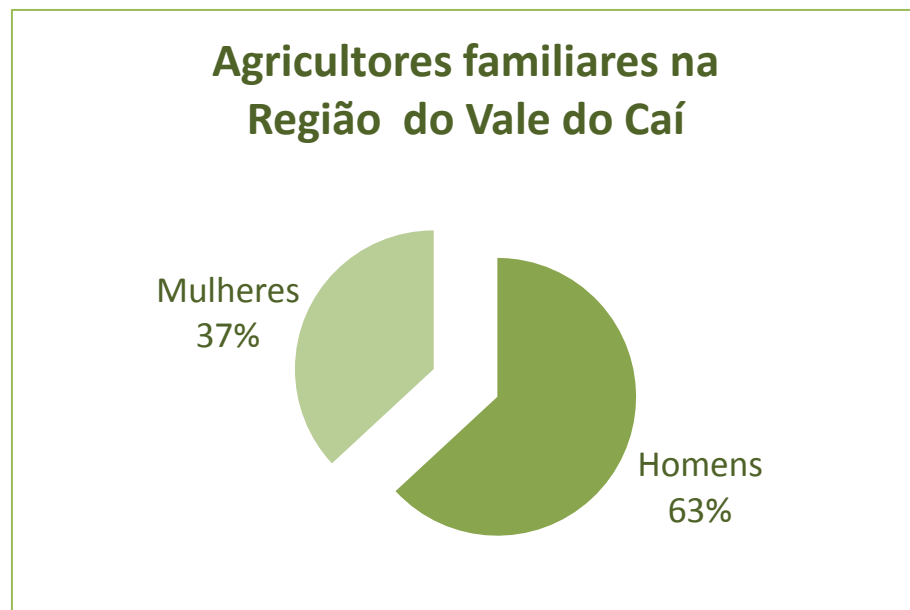
Região Vale do Caí

A região deste COREDE envolve 19 Municípios: Alto Feliz, Barão, Bom Princípio, Brochier, Capela de Santana, Feliz, Harmonia, Linha Nova, Maratá, Montenegro, Pareci Novo, Salvador do Sul, São José do Hortêncio, São José do Sul, São Pedro da Serra, São Sebastião do Caí, São Vendelino, Tupandi e Vale Real.

Com uma população total de 192.898 habitantes (FEE, 2019), abrangendo uma área de 1.854,4 km² (FEE, 2019). Do total de habitantes dessa região 74% residiam em áreas urbanas e 26%, em áreas rurais (Corede Caí, 2015). O Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE, 2015) da região é de 0,763 um valor que indica uma situação mediana que se registra em todos os municípios.

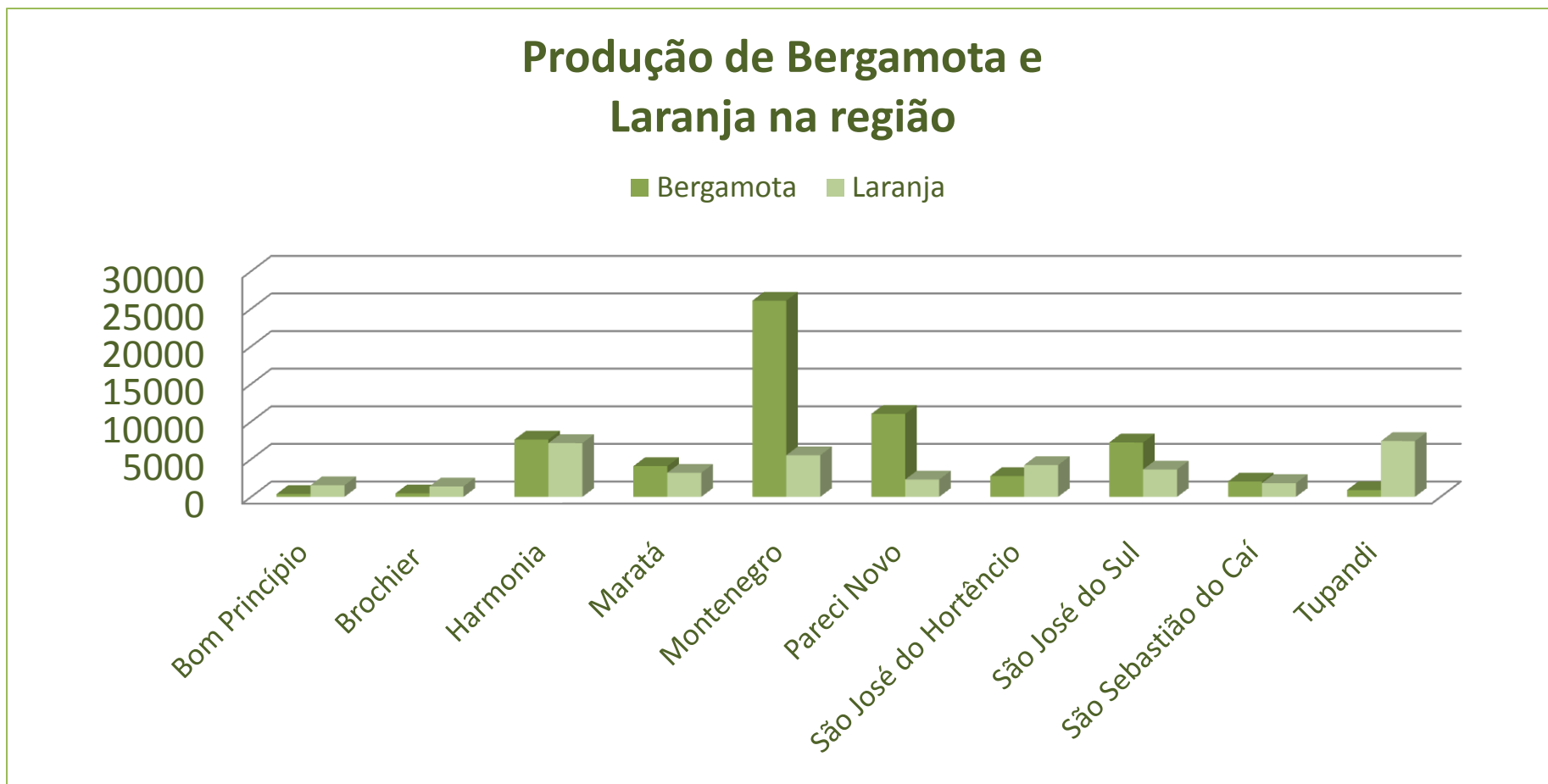
Em termos de atividade econômica, o VAB do COREDE é formado por 17% relativo a agropecuária, 32,8% a indústria e 50,2% dos serviços (Corede Caí, 2015). Das atividades agropecuárias destacam-se a citricultura, a criação de gado de leite, a olericultura e a avicultura. Observa-se que os municípios que apresentam maior população que vive no meio rural, em ordem decrescente são: Montenegro (5.786 habitantes); Capela de Santana (4.697 habitantes); São Sebastião do Caí (4.324 habitantes); Feliz (2.943 habitantes) e Harmonia (1.798 habitantes).

De acordo com os dados do Censo Agro (2019) existem na região 13.662 agricultores familiares, dos quais 8.433 são homens e 4.930. Em termos de produção, diferentes municípios da região se destacam no *rank* de maiores produtores do RS para os alimentos dois alimentos de referência – laranja e bergamota. O gráfico na próxima página traz um detalhamento dos 10 municípios com maior produção, totalizando 62.629 ton/ano de bergamota e 38.278 ton/ano de laranja.



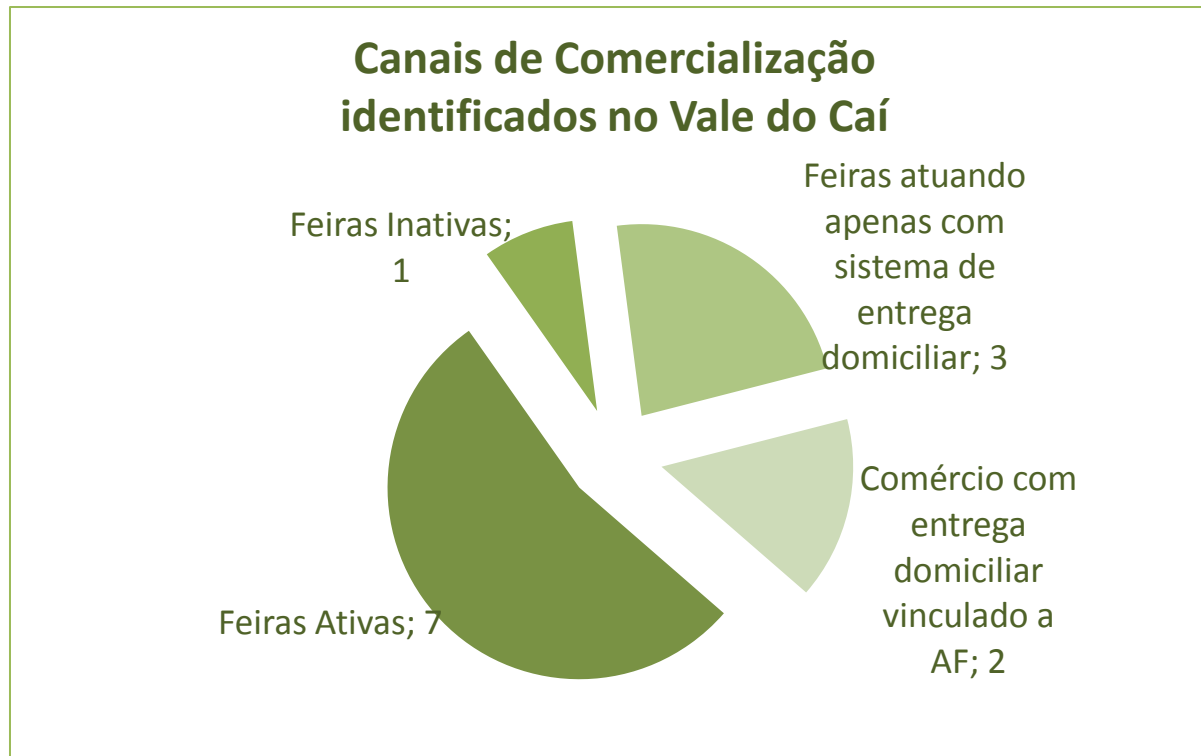
Fonte: elaboração das autoras da pesquisa, a partir de dados do Censo Agro (2019).

Os municípios que figuram ente o *rank* de maiores produtores do RS para bergamota são: Maratá, Montenegro, Pareci Novo, São José do Hortêncio, São José do Sul e São Sebastião do Caí. No caso da produção de laranja, se destacam Tupandi, Harmonia e Montenegro.



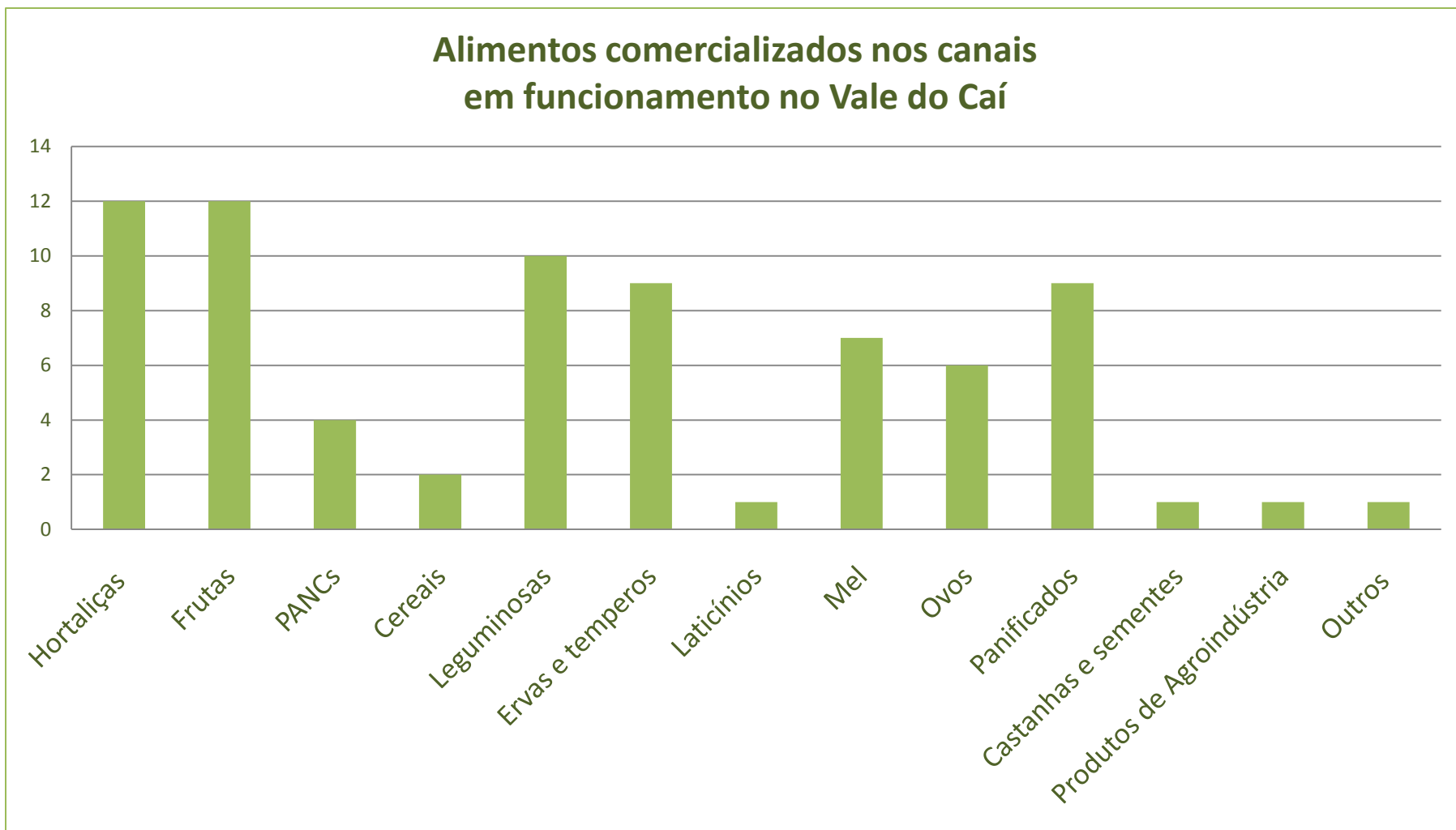
Fonte: elaboração das autoras da pesquisa, a partir de dados do Censo Agro (2019).

Para a região, foram identificados 13 canais de comercialização, dos quais 12 estão em funcionamento. Apenas 3 municípios apresentam mais de uma experiência de abastecimento identificada: 1. Montenegro com a Feira ativa Casa do Produtor Rural e o comércio com entrega domiciliar da Família Kranz; 2. Barão com a Feira Municipal de Produtores que está ativa e a Feira de produtos orgânicos atuando apenas com entrega domiciliar; 3. Capela de Santana com a Feira da Estação que está ativa e a Feira da Praça que está no momento inativa.



Fonte: elaboração dos autores da pesquisa.

Os alimentos ofertados dão destaque a alimentos *in natura* que correspondem com a produção da agricultura familiar na região e o padrão encontrado em outras regiões analisadas neste estudo. Os outros referem-se a Feira Sabores de Tupandi que também oferece caldo de cana, cogumelos e brotos.



Fonte: elaboração dos autores da pesquisa.

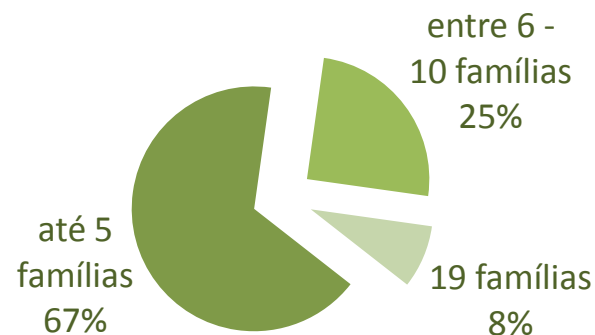
Origem dos agricultores nos canais em funcionamento no Vale do Caí



Em ressonância com os dados das demais regiões interioranas analisadas, Vale do Caí a origem dos agricultores nos canais de abastecimento é majoritariamente municipal.

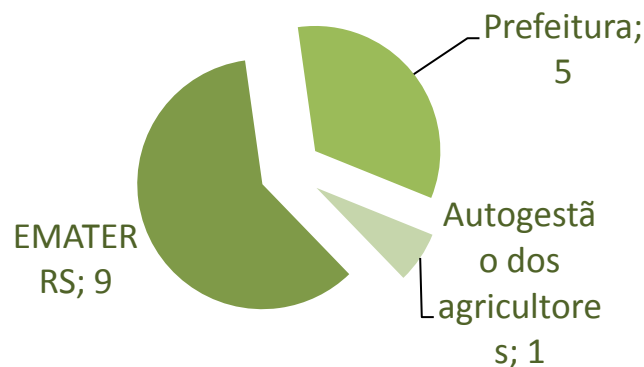
O número de famílias agricultores envolvida indica uma escala realmente baixa das dinâmicas de abastecimento.

Famílias de agricultores nos canais em funcionamento no Vale do Caí



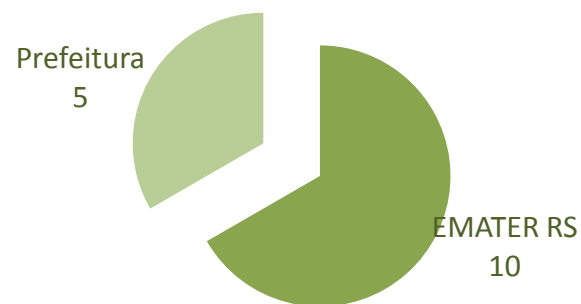
Fonte: elaboração dos autores da pesquisa.

Instituições que apoiaram na adaptação das feiras em funcionamento frente a COVID-19



As instituições mais atuantes frente a prevenção e a adaptação ao corona vírus são a EMATER-RS e as prefeituras municipais, tendência também verificada em outras regiões analisadas.

Instituições que forneceram orientações sobre cuidados pessoais e de saúde para evitar o contágio



Fonte: elaboração dos autores da pesquisa.

A maioria dos municípios emitiram decretos gerais para o funcionamento do comércio, por exemplo em Montenegro o município lançou o Decreto nº 8.020, de 19 de março de 2020 com medidas a serem adotadas frente ao Covid-10. Essas medidas de prevenção ao Covid foram tomadas pelos próprios feirantes e seus grupos, com orientações de Escritórios da Emater/RS-ASCAR, Prefeituras, Sindicatos, dentre outros, fazendo ajustes nas feiras de acordo com cada contexto.

Alteração de práticas para evitar o contágio nas feiras ativas



Fonte: elaboração dos autores da pesquisa.

Chama a atenção o fato de que para a maioria das feiras ativas, não houve redução no movimento durante a pandemia, indicando talvez um impacto baixo da Covid nestes canais de abastecimento da região. O dado sugere uma tendência contrária ao que tem sido identificado no país e nas demais regiões de estudo dessa pesquisa. No entanto, destaca-se que foi realizada uma campanha municipal promovida pela ACI, Sindilojas, Jornal Ibiá e UNISC denominada “Sou Daqui, Compro Aqui” que pode ter efeitos positivos na manutenção dos canais de comercialização. Além disso, salienta-se que a Emater-RS lançou uma Feira Virtual da Agricultura Familiar (FEVAF) para aproximar produtores e consumidores favorecendo o escoamento da produção.



Fonte: elaboração dos autores da pesquisa.

Feiras atuando apenas com sistema de entrega domiciliar

Para região, apenas 3 feiras tiveram que suspender suas atividades e passam a funcionar apenas como entregas domiciliares durante a pandemia, conforme apresentado na tabela abaixo. De maneira geral, esse processo envolve mudanças em diferentes etapas e processos da comercialização, levando a adaptações e a um potencial processo de aprendizagem. No entanto, nesta região os interlocutores parecem ter tido facilidade na maioria dos processos, com exceção da Feira Belezas e Sabores de São José do Sul que indica maior dificuldade em 3 etapas da comercialização. Ainda assim, todos declaram que o sistema com entrega domiciliar é mais trabalhoso do que a comercialização em feira.

No caso de São José do Sul, a adaptação foi uma necessidade frente aos decretos municipais que impediram a realização da feira. Nos outros dois casos, a preocupação com a segurança dos feirantes e dos consumidores foi o principal motivo para a alteração na forma de comercialização. Em todos os casos, os produtos são divulgados através de aplicativo WhatsApp e os consumidores escolhem em um lista o que querem receber (cestas abertas). As entregas são realizadas pelos próprios agricultores tendo uma variação entre 15 a 30 pedidos entre os casos. Os valores recebidos não passam de R\$ 50,00 em nenhum dos casos que só aceitam pagamento em dinheiro na entrega. Para as Feiras “Belezas e Sabores” de São José do Sul e “Feira de produtos orgânicos” de Barão o rendimento tem sido maior do que o recebido normalmente na feira. A situação PE inversa no caso da Feira Bruno Inácio Hammes de Vale Real.

Nome da Feira	Criar um sistema para divulgar os produtos	Fazer contato com os consumidores	Criar um dinâmica de encomendas	Separar os pedidos / montar as cestas	Receber os pagamentos	Realizar o transporte e entrega com segurança
Belezas e Sabores de São José do Sul	Difícil	Difícil	Difícil	Fácil	Fácil	Fácil
Bruno Inácio Hammes de Vale Real	Fácil	Fácil	Fácil	Fácil	Fácil	Fácil
Feira de produtos orgânicos de Barão	Fácil	Fácil	Fácil	Fácil	Fácil	Fácil

Feira inativa

A única feira inativa identificada é a Feira da Praça de Capela de Santana, que funcionava aos sábados pela manhã. Os produtos comercializados normalmente incluíam uma dinâmica mista entre produtos *in natura* e processados com produção orgânica com origem social na agricultura familiar e com beneficiários da reforma agrária.

A Feira possui aproximadamente 6 famílias de agricultores todas pertencentes ao município e que tem sido assistidos pela Prefeitura local e a EMATER-RS. A suspensão da feira teve como motivo central a preocupação com a saúde dos feirantes e consumidores, sendo percebida como pouco grave em termos de perda de renda, pois os agricultores possuem outras fontes de comercialização.



Fonte: Jornal Ibiá, cedida pela Emater.

Comércio com entrega domiciliar

Apenas dois sistemas de comércio com entrega domiciliar foram identificados na região, sendo eles da Família Kranz (com vínculo a Cooperativa Ecocitrus) em Montenegro e da Família Flores em São José do Sul. Ambas dinâmicas já estavam em funcionamento antes da pandemia. Tem sido entregues uma média de 20 pedidos semanais, com valores entre R\$ 26,00 e R\$ 50,00.

Os produtos disponíveis são divulgados através de uma lista divulgada via WhatsApp. Os próprios agricultores realizam as entregas e recebem o pagamento em dinheiro neste momento. A familiar Flores registrou um pequeno aumento na demanda durante a pandemia, diferente da Família Kranz que não percebeu alterações no movimento dos pedidos.



Fonte: Família Kranz




Reflexões sobre os canais estudados frente ao território

Dois mapas foram produzidos para a região localizando os canais estudados e os limites dos Municípios da Região conforme o COREDE. O primeiro apresenta um recorte do território em termos da classificação das áreas enquanto urbanas ou rurais. No caso da Região do Vale do Caí a área caracterizada como rural destacando-se amplamente em relação a urbana. O município de Montenegro é o que apresenta a maior área urbana, sendo que os espaços de comercialização estão espalhados pelo Vale. Os municípios de Alto Feliz, Brochier, Feliz, Harmonia, Linha Nova, Maratá, Pareci Novo, São José do Hortêncio, São Pedro da Serra, São Vendelino não apresentam nem feiras nem comércio com entrega domiciliar. Já os municípios de Tupandi, Vale Real, Barão, Bom Princípio, Capela de Santana, Montenegro, Salvador do Sul, São José do Sul e São Sebastião do Caí apresentam algum desses espaços de comercialização.

O segundo mapa apresenta os dados da população de agricultores familiares em cada município da Região em recorte por gênero e no território a classificação conforme o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE) - um indicador multidimensional composto por 12 indicadores divididos em três blocos: saúde, educação e renda. Fica evidente a boa condição socioeconômica da região, com exceção do município de Capela de Santana que apresenta o menor índice da região, entre 0,500 a 0,599. Salienta-se que os municípios de Tupandi, Harmonia e Salvador do Sul apresentam os maiores índices da região, entre 0,800 a 0,899. Em relação ao número de pessoal ocupado em estabelecimentos de agricultura familiar o destaque em termos de quantidade absoluta vai para o município de Montenegro, seguido por Barão e Feliz. O padrão nacional e estadual de um campo masculinizado se repete na região.

COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO COREDE VALE DO CAÍ






Legenda

-  Região COREDE Vale do Caí
-  Municípios
-  Rodovias federais

Tipo IBGE 2010

-  Rural
-  Urbano

Canais de Comercialização

-  Feiras Convencionais
-  Feiras Agroecológicas/Orgânica
-  Feiras mistas
-  Comércio com entrega domiciliar
-  Feiras inativas

Localização

COREDE Vale do Caí - Rio Grande do Sul - Brasil



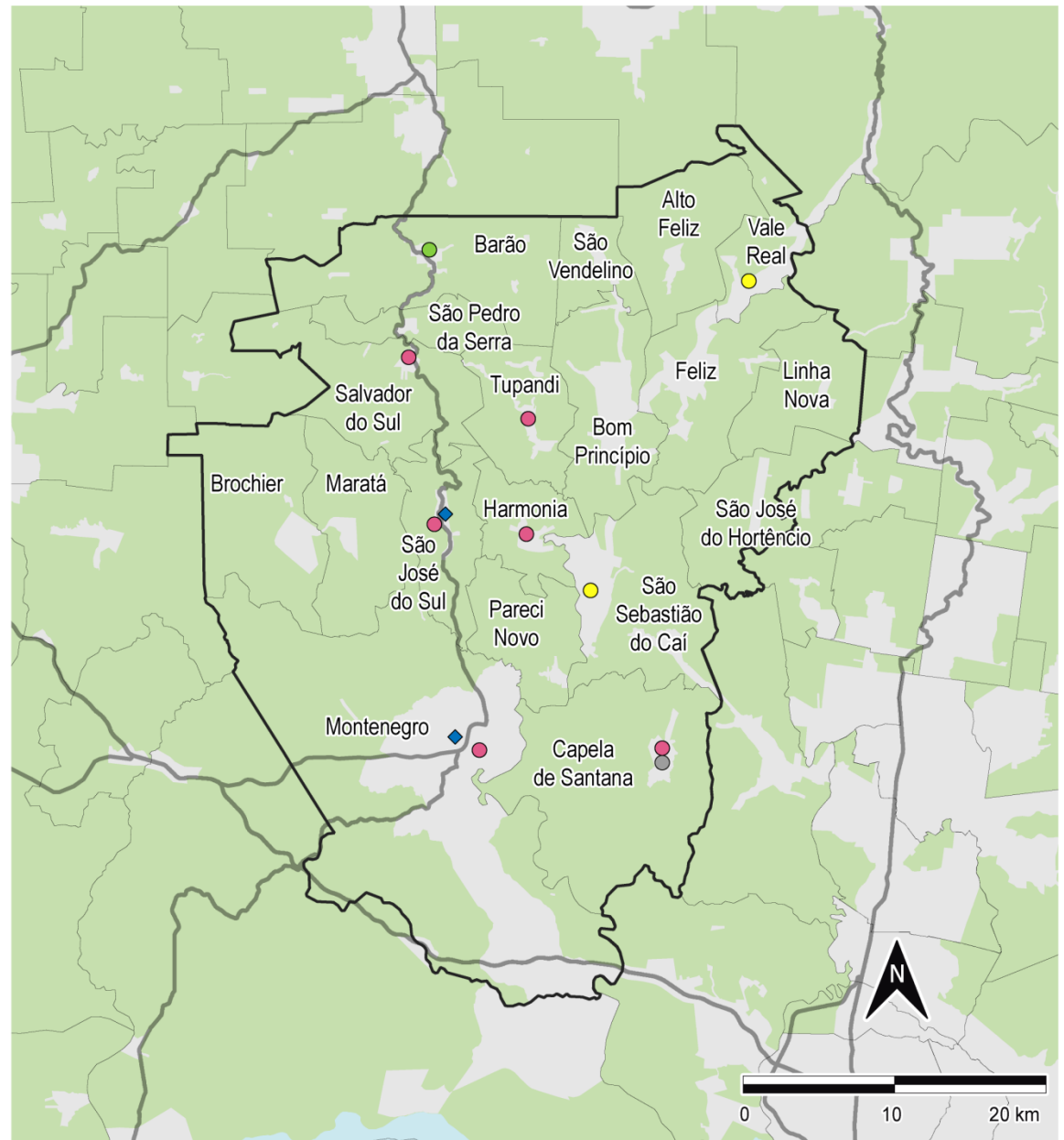
Mapa temático produzido por: Carolina Rezende Faccin (2020).
 Base cartográfica: CENSO IBGE (2010).
 Sistema de Coordenadas: SIRGAS 2000/UTM22S.
 Fonte de dados: CENSO IBGE 2010 e autores da pesquisa.

O IMPACTO DA COVID-19 NA COMERCIALIZAÇÃO DIRETA DA AGRICULTURA FAMILIAR NO RS

Parceria:



Realização:



COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO COREDE VALE DO CAÍ

Legenda

- Região COREDE
- Municípios
- Rodovias federais

IDESE 2016

- 0,500 a 0,599
- 0,600 a 0,699
- 0,700 a 0,799
- 0,800 a 0,899

Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários de agricultura familiar

- Homens
 - Mulheres
 - Sem informação
- 1984 pessoas *Valor max.*
- 281 pessoas *Valor min.*

Canais de Comercialização

- Feiras Convencionais
- Feiras Agroecológicas/Orgânica
- Feiras mistas
- Comércio com entrega domiciliar
- Feiras inativas

Localização

COREDE Vale do Caí - Rio Grande do Sul - Brasil



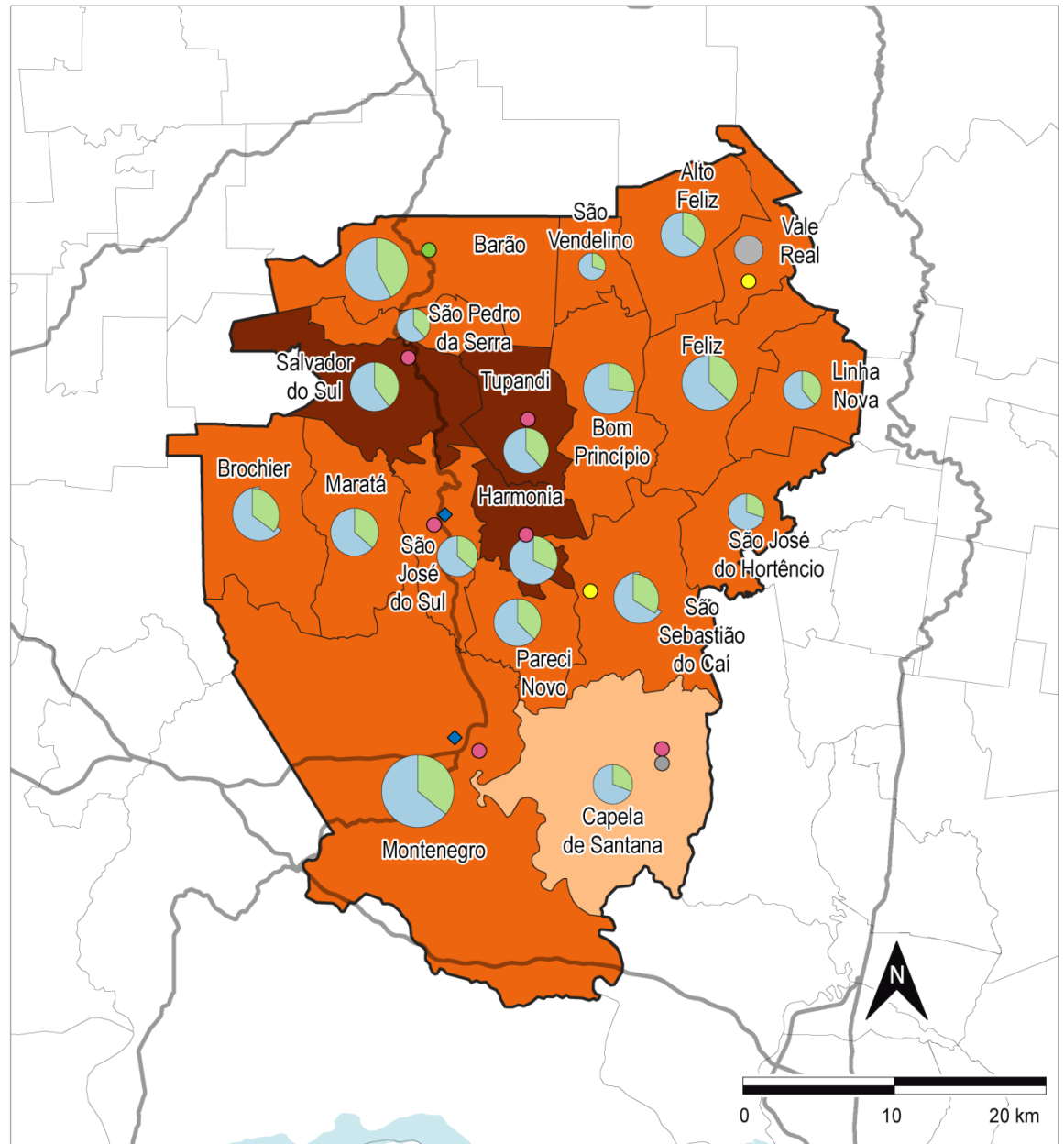
Mapa temático produzido por: Carolina Rezende Faccin (2020).
 Base cartográfica: CENSO IBGE (2010).
 Sistema de Coordenadas: SIRGAS 2000/UTM22S.
 Fonte de dados: CENSO IBGE 2010 e autores da pesquisa.

O IMPACTO DA COVID-19 NA COMERCIALIZAÇÃO DIRETA DA AGRICULTURA FAMILIAR NO RS

Parceria:



Realização:



Considerações iniciais: Vale do Caí

Conforme já esclarecemos, este relatório têm como intuito apresentar resultados preliminares de forma a contextualizar a situação dos espaços de comercialização diretamente vinculados com a agricultura familiar no Rio Grande do Sul para informar e dialogar com os participantes do estudo e as organizações interessadas no tema, podendo auxiliar em ações em curso e coletar reflexões frente os dados aqui reportados. A partir dessa devolutiva e diálogo, esperar-se que os dados sejam enriquecidos, dando base para análises de maior fôlego em artigos acadêmicos. Portanto, as considerações aqui colocadas não tem o intuito de finalizar o debate, mas sim iniciá-lo.

Em termos produtivos, a região é a que mais se destaca no rank nacional com a produção de fruticultura não só na quantidade produzida, mas na diversidade de municípios envolvidos. Um primeiro diferencial que percebemos no Vale do Caí é que apesar de Montenegro ser uma cidade polo para a região em termos de serviços de educação, saúde e comércio em geral, não há nos demais municípios da região estudados uma quantidade expressiva de canais de comercialização da agricultura familiar indicando um fluxo de agricultores da região para comercialização no Município. A região como um todo é composta por municípios de pequeno porte e apresenta poucos canais de comercialização direta com a agricultura familiar.

Em sintonia com os resultados descobertos para outras regiões analisadas, a maioria dos canais funciona de forma bastante localizada, com agricultores provenientes do próprio município e com pequenos grupos familiares, tendo neste caso dinâmicas de abastecimento a partir de 5 famílias. As medidas de prevenção ao contágio e o apoio da EMATER aos agricultores também segue um padrão já identificado em outras regiões. No entanto, quando olhamos as alterações na demanda comercial, parece que a região foi pouco afetada pela COVID-19, visto que na maioria dos casos não há alterações ou uma pequena redução no movimento. Acreditamos que esse dado é altamente positivo, visto que indica a manutenção da renda dos agricultores, um elemento chave para a reprodução social. Esperamos genuinamente que nossos esforços em levantar esses dados possam contribuir para a valorização desses atores tão importantes para a sociedade

Próximos passos

Os próximos passos desta pesquisa serão:

- *apresentação e diálogo deste relatório para os participantes e apoiadores;
- *elaboração de artigos acadêmicos.

Os resultados aqui apresentados também abrem questões a serem investigadas com maior fôlego e densidade, sendo estes temas de aprofundamento em novas pesquisas da equipe.

Agradecimentos

Agradecemos a todas e todos que se dispuseram a participar da pesquisa! Um agradecimento em especial a EMATER pelo apoio na coleta dos dados.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2. ed. Brasília, 2014.

BRASIL. Lei n. 10. 831, de 23 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, 24 de dez. 2003. Seção 1, p-8. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.831.htm> Acesso em: 20 jun. 2020.

BRASIL. Lei n. 11.326, de 24 de junho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União. Brasília, 2006. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm> Acesso em: 18 jun. 2020.

BRASIL. Decreto nº 9.064 de 31 de maio de 2017. Dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 , que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimentos familiares rurais. Brasília, 2017. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9064.htm> Acesso em: 15 jun. 2020.

CENSO Agropecuário 2017: **resultados definitivos**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019 Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf Acesso em: 15 jun. 2020.

CESTA básica de alimentos: Banco de dados do DIESSE. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/cesta/>> Acesso em: 15 jun. 2020

COREDE VALE DO CAÍ – Perfil Socioeconômico Corede Vale do Caí-RS. Governo do Rio Grande do Sul, 2015. Disponível <https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/15134136-20151117104014perfis-regionais-2015-vale-do-cai.pdf>

[ESTATÍSTICAS SOCIAIS. PNAD Contínua 2017](#): realização de afazeres domésticos e cuidados de pessoas cresce entre os homens, mas mulheres ainda dedicam quase o dobro do tempo. 18/04/2018. Disponível em: < <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/20911-pnad-continua-2017-realizacao-de-afazeres-domesticos-e-cuidados-de-pessoas-cresce-entre-os-homens-mas-mulheres-ainda-dedicam-quase-o-dobro-do-tempo>. Acesso em: 25 jun. 2020.

FEE. Corede Vale do Caí, 2019. Disponível em <https://arquivofee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/coredes/detalhe/?corede=Vale+do+Ca%ED>.

IDESE 2015: Banco de dados agregados da FEE. Disponível em: < <https://arquivofee.rs.gov.br/idese/resultados-idese-2015/>> Acesso em: 18 jun. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. **Mapa das feiras orgânicas. 2020**. Disponível em: < <https://feirasorganicas.org.br/>> Acesso em: 21 jun. 2020.

OBSERVADR/Covid-19: Banco de dados agregados do Observatório do Desenvolvimento Regional. Disponível em: < <http://observadr.org.br/portal/observadr-covid-19/>> Acesso em: 25 mai. 2020.

PANORAMA das cidades: Banco de dados do IBGE. **Porto Alegre**. 2019. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/portoalegre/panorama>> Acesso em: 21 jun. 2020.

SCHNEIDER, S.; **Mercados e Agricultura Familiar**. In: MARQUES, F.C.; CONTERATO, M.A.; SCHNEIDER,S. Construção de Mercados e Agricultura Familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016, p. 93-140.